



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 75ª
(SEPTUAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO
GERAL PARA DEBATER O PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 46/2007 – PDOT,
DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO,**

EM 11 DE SETEMBRO DE 2008.

Publicação conferida no DCI nº 179, de 07/10/08
Servidor Luiz Matrícula: 1173237



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 1 |

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.126, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Fundiários, da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e da Comissão de Constituição e Justiça, a sessão ordinária de hoje foi transformada em comissão geral para se debater o Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, que trata do Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

Neste momento, faremos a composição da Mesa dos trabalhos, chamando para tomar assento à mesa as seguintes autoridades: a Deputada Eurides Brito, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; o Deputado Batista das Cooperativas, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; o Secretário de Habitação do DF, Deputado Paulo Roriz; o Secretário Adjunto da SEDUMA, Dr. Danilo Aucélio; o Secretário da Agência de Fiscalização, Deputado Rôney Nemer; e o Diretor da CODHAB, Dr. Otto Ribas.

Boa-tarde a todos e a todas que estão presentes nesta comissão geral. Eu gostaria, em especial, de agradecer aos nossos convidados. A partir de hoje, teremos um debate mais específico sobre a questão do Plano de Habitação, inserido no PDOT, e também a questão dos transportes. Para isso, estamos aguardando o Sr. Secretário Alberto Fraga, que já confirmou sua presença. S.Exa. está concedendo uma entrevista, mas logo estará aqui.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário de Habitação, Deputado Paulo Roriz.

SR. PAULO RORIZ – Boa-tarde, Sr. Presidente desta sessão, Deputado Benício Tavares; Deputada Eurides Brito; Deputado Batista das Cooperativas; Deputado Rôney Nemer. Cumprimento o Sr. Danilo Aucélio, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, bem como o Sr. Otto Ribas, Diretor da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, pela primeira vez, faço uso desta tribuna na condição de Secretário de Estado de Habitação. Sou Deputado desta Casa, fato que me traz muito orgulho, e eu não poderia deixar de atender a um pedido dos Srs. Presidentes das Comissões que elaboram o relatório do PDOT. Tenho em minhas mãos uma tarefa que não é fácil: conduzir a política habitacional do Distrito Federal com a máxima presteza.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 2 |

Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar esta Casa, principalmente V.Exa., Deputado Benício Tavares, a Deputada Eurides Brito e o Deputado Batista das Cooperativas pela iniciativa de transformar as sessões ordinárias em comissões gerais como a de hoje. Desta forma, juntamente com os grupos que representam a sociedade, poderemos, de maneira muito democrática, discutir as melhores alternativas para o Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

Sr. Presidente, a Secretaria de Habitação é uma unidade nova, criada há menos de trinta dias. Entretanto, foi criada para enfrentar um problema antigo da nossa cidade, para superar os desafios e resolver os problemas pendentes – e, portanto, ajudar cada Deputado desta Casa. Sabemos que é uma grande responsabilidade, e tenho certeza de que daremos resposta à altura.

O que podemos falar da política habitacional do Distrito Federal, do GDF, quais os programas, os números? Gostaria de fazer um breve relato aos senhores.

Somos conhecedores de que o quesito “habitação” está entre as cinco questões mais levantadas durante as audiências públicas já realizadas por esta Câmara Legislativa. Esse fato deixa clara a importância que o Poder Público dá ao tema. São mais de quinhentas mil famílias que não possuem casa própria no Distrito Federal.

Nós, homens públicos responsáveis por gerenciar o Estado, temos de unir nossas forças, independentemente da bandeira política do partido pelo qual exercemos nossos cargos ou de algumas ideologias para tentar mudar a política habitacional do Distrito Federal, a nossa responsabilidade de dar ao cidadão uma moradia digna, um lar adequado para criar seus filhos. É isso que o cidadão espera ter. Cabe ao Estado criar condições mínimas para que o pai de família possa alcançar seus objetivos, ou seja, sua casa, seu lar, seu conforto.

Temos uma responsabilidade enorme, não podemos deixar que o instrumento do PDOT vire uma armadilha contra a sociedade; não podemos deixar que os especuladores o usem em favor próprio, deixando de lado o interesse coletivo. A vontade do povo, a vontade da maioria tem de ser respeitada. Sei da responsabilidade dos Srs. Parlamentares nesse quesito, para que o PDOT seja feito com a maior lisura possível.

Quero falar aos senhores presentes sobre o programa habitacional do Distrito Federal. O desafio que assumimos foi estabelecer um programa habitacional que possa solucionar o passivo hoje existente e lançar as bases para um atendimento sustentável da população do Distrito Federal nas próximas décadas.

Esse plano tem duas fases: a primeira deve se iniciar neste ano; a segunda fase será após a aprovação da revisão do PDOT. O Plano proporciona o acesso à moradia para todas as faixas de renda, em especial para as famílias mais carentes. O Governo também atenderá a classe média e os servidores do GDF, mas dará ênfase



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 3 |

às famílias que estão há mais de trinta anos esperando por uma casa na lista de espera da antiga SHIS.

Nessa primeira fase, Srs. Deputados, a estratégia geral de atendimento da demanda habitacional é: definição de diferentes linhas de atuação para a habitação de interesse social, ou seja, voltada para a parcela das famílias cujas rendas não ultrapassem 12 salários mínimos, conforme dispõe a Lei nº 3.877, de 2006. A Secretaria de Habitação será, com auxílio da empresa vinculada CODHAB, responsável pelo atendimento da demanda habitacional desse segmento e atuará junto às cooperativas habitacionais do Distrito Federal, às associações de moradores, à iniciativa privada e a outras instituições de fomento públicas e privadas.

Eu gostaria de agradecer a presença do nobre Deputado Geraldo Naves.

Disponibilizaremos ao mercado Imobiliário os projetos de habitação coletiva e unifamiliar, viabilizando empreendimentos que serão financiados pelos sistemas tradicionais do mercado. A TERRACAP será a responsável por este segmento.

Para a população de interesse social, o GDF definirá uma nova política, pautada em quatro linhas de atuação, também chamadas de pilares da construção da política habitacional, que são as seguintes:

Primeiramente, a criação de novas áreas para a habitação de interesse social. Serão criados quarenta mil novos lotes, nas diferentes cidades do Distrito Federal, ou seja, em Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga. Essas áreas atenderão a demanda geral e, de forma especial, o Governador irá atender as pessoas removidas das áreas de risco, como a Fercal, o Parque da Vaquejada, a Chácara Pantanal, a invasão da QNR, na Ceilândia, onde as famílias, Sr. Presidente, tiveram suas casas demolidas ou ameaçadas de inundação e desmoronamento. Serão 152 mil pessoas beneficiadas com esse programa.

O GDF decidiu criar lotes em áreas urbanas já consolidadas. A destinação de áreas para novas ocupações levará em conta, fundamentalmente, a ocupação de vazios urbanos identificados nas cidades já consolidadas. Essa opção tem as seguintes razões: respeito à legislação, em especial, ao Plano Diretor, porque todas as áreas, depois de aprovado o plano, estarão legalizadas; melhor qualidade de vida nos assentamentos, porque as famílias que ocuparão esses novos lotes já terão escolas para as crianças, centro de saúde, transporte, infra-estrutura de saneamento e comércio instalado; respeito ao meio ambiente, principalmente, porque essas áreas já são urbanas, não havendo necessidade de desmatar ou criar novas áreas; menor custo de Infra-estrutura, porque a rede de energia, a de água e o sistema de esgoto já estão instalados. Isso permite que o Governo gaste menos e com melhor qualidade.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 4 |

A construção e a melhoria de moradias são outros temas importantes que desenvolveremos. O Governo, com seus recursos e com apoio de parcerias público-privadas – PPPs, de cooperativas, associações, do BRB e da Caixa Econômica Federal, irá construir 22.000 novas unidades habitacionais (casas e apartamentos) e reformar ou ampliar 37.500 casas com o programa Cheque-Moradia, do Governador e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST/DF.

Serão construídos apartamentos e casas em várias cidades do Distrito Federal, como, por exemplo, na Estrutural, na Ceilândia, em Sobradinho, no Guará, na Estrutural, no Riacho Fundo e em Samambaia. Junto às casas serão construídos postos policiais, escolas e centros de saúde. Com esse programa, serão atendidas 83.600 pessoas. Só para cooperativas e associações serão construídos 5.200 casas e apartamentos nas cidades de Samambaia e Riacho Fundo II.

Em destaque, ressalta-se a construção do famoso Setor Mangueiral, próximo ao Jardim Botânico e à entrada de São Sebastião, onde o Governo do Distrito Federal, em uma parceria público-privada, irá construir 8.000 casas e apartamentos, além de toda a infra-estrutura, com escolas, postos policiais, supermercados, *shopping* e áreas comerciais, destinados à habitação de interesse social, ou seja, para pessoas que ganham até doze salários mínimos. Prioritariamente, esse setor será destinado aos servidores do Governo do Distrito Federal. É bom ressaltar, Sr. Presidente, que em relação a essa parceria no Setor Mangueiral, inicialmente o Governo tinha a opção e a vontade de fazer somente para os servidores do Governo do Distrito Federal, mas o Governador Arruda irá fazer para toda a população do Distrito Federal. É bom que se diga isso, porque estamos vários questionamentos em relação a isso.

Esse novo bairro, o Mangueiral, terá toda a infra-estrutura de uma cidade pronta, com água, esgoto, iluminação pública, asfalto, praças, gramados e equipamentos comunitários, e será administrado pela entidade privada que ganhar a licitação, por quinze anos, com o objetivo de manter o padrão de qualidade de gestão dos serviços e áreas públicas.

O Cheque Moradia, programa que estamos desenvolvendo com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, da Secretária Eliana Pedrosa, é basicamente uma outorga, Deputado Geraldo Naves, de crédito e não de dinheiro. As famílias poderão comprar vários equipamentos de construção, como cimento, piso, areia, tijolo, etc., nas lojas de material de construção de sua cidade. Com esse programa, o Governo ajudará as famílias de mais baixa renda de até três salários mínimos a ampliarem suas casas, reformarem seus banheiros, instalarem caixas d'água, arrumarem telhado, janela e piso, rebocarem, pintarem. Enfim, melhorarem toda a infra-estrutura necessária em uma residência. Este é o programa Cheque Moradia, no qual pretendemos que sejam atendidas em torno de 142.000 pessoas.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 5 |

Serão construídas, com apoio do PAC do Governo Federal, 2.800 casas e apartamentos na Ceilândia, na Estrutural, no Riacho Fundo, em Santa Maria e em Sobradinho. Na verdade, a vontade do Governador Arruda é de construir e reformar as casas para ajudar a realizar um sonho antigo de muitas pessoas, pois a casa própria é o bem material de maior valor para a família; melhorar o padrão de assentamento da habitação, porque promove uma cidade ordenada e planejada; e movimentar a economia, já que as obras vão movimentar o setor da construção civil, que é setor que mais emprega e gera empregos de curto prazo.

O financiamento é uma linha de ação do Plano, que irá forjar uma nova cultura apoiada pela definição de alternativas socialmente justas e viáveis, técnica e ambientalmente, para atender à demanda habitacional, que, apesar de ser de interesse social, não se enquadra na categoria de doações de lotes.

As ações do Governo na área de financiamento serão: em todos os imóveis (lotes, casas ou apartamentos) do plano habitacional, será adotado o princípio do financiamento social, em que as famílias de até três salários mínimos terão um subsídio de 100%; construir e financiar 5.000 mil apartamentos de 2 e 3 quartos para o servidor com renda até doze salários mínimos, no Gama e em Sobradinho. O financiamento, que terá as menores taxas de juro do mercado, será descontado em folha, ou seja, no contracheque do servidor.

É bom que se diga que, na segunda-feira, estivemos com o Presidente do BRB, que ficou de conversar com o Governador para que pudesse disponibilizar imediatamente, para este tipo de financiamento, uma ordem em torno de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), para que todo servidor do Governo possa ter acesso a esse financiamento e que ele possa ser aprovado. Será uma carta de crédito do BRB para a pessoa que quer financiar, com juros em torno de 2,1% ao mês. Já verificamos que esta é uma das menores taxas de juros praticadas no mercado.

Outra ação do Governo na área de financiamento será colocar à disposição de todo servidor que não possuir imóvel, independente da renda familiar, um financiamento habitacional em condições muito especiais. É bom dizer que este programa será apenas para os servidores que não possuem imóveis no Distrito Federal. O servidor poderá escolher qualquer imóvel, no Distrito Federal, de sua preferência. Além da opção da compra do imóvel pronto, apartamentos ou casas em construção poderão ser adquiridos com preço e taxas de juros, como disse anteriormente, bem abaixo do mercado. O servidor só começará a pagar quando entrar no imóvel comprado. Será dado o maior prazo do mercado, deixando as prestações com valores bem mais baixos.

Será feita a promoção de regularização fundiária de interesse social e de classe média, nos loteamentos irregulares, ou seja, loteamentos de classe alta e baixa. A Secretaria de Habitação, com o auxílio da CODHAB, será responsável pelo



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 6 |

processo de regularização de áreas de interesse social. É bom que se diga, Sr. Presidente, que a construção do Setor Mangueiral, que era de responsabilidade da CODEPLAN, a partir da semana passada, passou a ser de responsabilidade da Secretaria de Habitação e da CODHAB.

O programa de regularização de interesse social terá duas ações. A primeira é a titulação de lotes dos assentamentos promovidos pelo Governo. O Governo vai dar 110.000 escrituras dos lotes já doados, ou seja, essas escrituras serão entregues para as pessoas que moram em suas casas e que não tiveram ainda a regularização cartorial concluída.

Essa ação beneficiará diretamente quatrocentos e doze mil pessoas e trará regularidades a cidades como Paranoá, São Sebastião, Santa Maria, Samambala, Recanto das Emas e outras. Com benefício direto, essa ação permitirá que atividades econômicas – bancos, comércios, boas redes de supermercados – possam se instalar regularmente nas cidades.

A segunda é o ordenamento urbanístico e ambiental das ocupações irregulares de baixa renda, as famosas invasões. Serão atendidas sessenta e sete mil famílias – o que corresponde a duzentas e cinquenta mil pessoas – que moram em condições precárias e subumanas. Essas pessoas não têm acesso a esgoto, coleta de lixo, abastecimento de água e energia.

Essa ação trará os seguintes benefícios:

- Respeito ao meio ambiente, pois as famílias serão retiradas das áreas de preservação permanente, como matas e brejos;
- Melhoria das condições sanitárias das famílias, pois elas terão acesso a serviços de saneamento; o que propiciará menor taxa de mortalidade Infantil, menor número de doenças de veiculação hídrica, melhor qualidade de vida e desenvolvimento humano.

Srs. Deputados, fiz uma rápida síntese, pois assumimos o cargo na Secretaria há apenas dezesseis dias. Peço que minhas considerações sejam atendidas pelos Srs. Parlamentares e que possamos ajudá-los na realização do debate.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – A presença do Exmo. Sr. Paulo Roriz acalorou o nosso debate. S.Exa. acabou de se pronunciar e já há perguntas; o que é muito bom.

Entretanto, concederei a palavra ao Presidente da CAESB, que possui um compromisso. Assim, ele se pronunciará sobre a questão da água e logo a seguir passaremos às perguntas.

Faço uma brincadeira: “não estou jogando água na fervura do assunto”.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 7 |

Concedo a palavra ao Dr. Fernando Leite, Presidente da CAESB.

SR. FERNANDO LEITE – Exmos. Srs. Deputados Batista das Cooperativas, Paulo Tadeu, Geraldo Naves, Benício Tavares, Eurides Brito, Paulo Roriz, Rôney Nemer e demais membros da Mesa: Dr. Otto, Dr. Danilo, senhores e senhoras.

Com muita honra e satisfação, estamos aqui hoje para falar sobre o abastecimento e esgotamento sanitário do Distrito Federal – situação atual e situação prevista para os próximos anos.

O Distrito Federal possui uma situação bastante peculiar no cenário de saneamento brasileiro. Há alguns indicadores que colocam o Distrito Federal absolutamente na ponta, na vanguarda da situação do abastecimento brasileiro.

Entendo que um dos problemas mais sérios do nosso País hoje, sem dúvida, é o abastecimento. Um país que quer ser desenvolvido, um país que quer estar no primeiro grupo das nações desenvolvidas não pode ter os indicadores que hoje possuímos. São mais de 50 milhões de brasileiros que não têm acesso a água potável. Apenas 12% das cidades brasileiras possuem algum tipo de atendimento de esgotamento sanitário e menos de 2% são atendidas com o tratamento de esgoto terciário, que é o sistema de tratamento mais adequado para a questão ambiental.

Aqui em Brasília, comparando com o resto do Brasil, temos hoje 100% de tratamento de esgoto. A maior parte desse tratamento é em nível terciário, ou seja, o resultado do tratamento de esgoto, quando devolvido à natureza, não provoca qualquer tipo de poluição. Os demais sistemas de tratamento, que são largamente utilizados – o primário, o secundário –, de alguma forma, produzem ainda o impacto ambiental negativo. Aqui em Brasília, volto a insistir, temos hoje 100% de tratamento.

No que se refere ao abastecimento de água, a situação hoje também é privilegiada. Noventa e oito por cento de toda a população do Distrito Federal situada nas áreas regularizadas recebe água potável de excelente qualidade. Quando falo excelente qualidade, refiro-me não só à qualidade da água, mas também à qualidade do serviço, ou seja, o abastecimento permanente, o atendimento com manutenção, o atendimento quanto a quaisquer tipos de reclamações. Isso faz parte da qualidade do atendimento.

As áreas que ainda não são atendidas pela companhia são as áreas ainda não-regularizadas – as chamadas invasões – e algumas regiões de condomínios também ainda não-regularizados. A grande maioria dos condomínios regularizados já está atendida.

Esse é o cenário atual. O Distrito Federal está absolutamente atendido. Qual é o desafio da CAESB? O desafio é muito grande. É continuar mantendo a qualidade do atendimento, porque existe o crescimento vegetativo nas áreas já atendidas, existe o processo natural de envelhecimento do sistema, existe o processo de



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 8 |

redução de vazões em alguns mananciais, existe o processo de expansão urbana e existem, principalmente, as novas áreas, os planos habitacionais de interesse do Governo. Então, esse é o nosso desafio.

Como é feito o abastecimento de água no Distrito Federal? Existem dois sistemas que respondem por 75% do abastecimento total de Brasília: o Sistema Descoberto e o Sistema Santa Maria/Torto. Esses dois sistemas abastecem a grande maioria da população do Distrito Federal. Existem outros sistemas menores, isolados – São Sebastião, a região de Planaltina e alguns outros –, mas os mais importantes são esses.

Hoje, temos neste sistema uma produção em torno de sete mil e quinhentos litros de água por segundo. Essa é a produção atual. Temos uma capacidade instalada de doze mil litros por segundo para a captação, para o tratamento e para a adução. E temos uma vasta rede de distribuição em todo o Distrito Federal.

O esforço do Governo, o esforço da CAESB, tem sido no sentido de melhorar continuamente a qualidade do abastecimento através da modernização das instalações, da reforma das redes, da eliminação dos vazamentos, da redução das perdas do sistema e, principalmente, da busca de automação do sistema – um grande esforço que estamos fazendo neste momento. Vocês podem perguntar: Mas qual é a importância para o grande público da automação? Há vários fatores favoráveis, fatores importantes que merecem ser destacados. O primeiro diz respeito à qualidade do atendimento. Quando você tem um sistema automatizado, você tem capacidade para detectar falhas, detectar interrupções e propiciar o atendimento rápido ao cidadão. Então, o grande beneficiado da automação do sistema é o usuário final, é o cliente, é aquele cidadão lá na ponta da linha. Eles terão os prazos de atendimento reduzidos, uma vez que todo o sistema hoje operado de forma manual passará a operar de forma automática. Um exemplo disso é o que acontece com alguns setores de telecomunicações.

Outra preocupação da empresa é a modernização das suas instalações. Para quê? Para reduzir as perdas. O grande adversário nosso, de qualquer empresa de saneamento, são as perdas. Os sistemas de produção e de distribuição de água, em sua grande maioria, estão enterrados. Portanto, sofrem com o processo de envelhecimento natural de qualquer material e também com o processo de erosão, de envelhecimento, de fadiga dos materiais, provocados principalmente pela corrosão. Com isso, aumentam-se as perdas. Para vocês terem uma idéia, no sistema de automação da CAESB, em Brasília, nós temos as menores perdas de água do sistema. Nossas perdas hoje estão entre 20 a 25%, dependendo da região. São as menores perdas do Brasil. Nós temos empresas de saneamento no Brasil que têm perdas superiores a 70%, ou seja, do total de água tratada disponibilizada para a população, apenas 1/3 chega até a torneira do usuário, o restante se perde pelo caminho.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 9 |

Então, todo o nosso esforço neste momento é para reduzir essas perdas. E como é feito isso? Através de um processo de modernização de instalações. A redução de perdas equivale, em outras palavras, a um processo de expansão do sistema produtor de água.

Mas além dessa modernização do sistema, para que possamos fazer frente à expansão do Distrito Federal, para que possamos atender com qualidade os programas de Governo, especialmente este plano habitacional de real Interesse de toda a população, um plano concebido com a participação de todo o Governo e do qual a CAESB participou ativamente, estamos comprometidos com o atendimento de todas as suas exigências e dos prazos estabelecidos pelo Governador Arruda. Para que isso aconteça, além de nos preocuparmos com a modernização, com a melhoria das instalações, com a automação, nós precisamos também expandir o sistema. Como eu disse, hoje, temos uma produção de em torno de sete mil e quinhentos litros por segundo. Nós pretendemos iniciar ainda este ano obras para ampliar a produção atual em mais quatro mil litros por segundo.

Todos os projetos já estão concluídos, alguns em fase final de ajustes. Vale a pena destacar os três principais sistemas produtores: sistema Bananal, o menor deles, que fica bem próximo aqui da Câmara, no Ribeirão Bananal, entre o Parque Nacional e o Lago Paranoá. É um sistema pequeno de quinhentos litros por segundo. Temos o sistema que chamávamos de São Bartolomeu e, atualmente, está migrando para o Paranoá, de dois mil e oitocentos litros por segundo. Por fim, o maior deles é o sistema Corumbá Sul, que, em sua primeira etapa, vai produzir três mil e seiscentos litros por segundo, mas tem capacidade para produzir até doze mil litros por segundo.

O sistema Corumbá será construído em parceria com o Estado de Goiás. A metade da produção será destinada ao Distrito Federal e a outra metade, especialmente, para a região do Entorno Sul: Luziânia, Valparaíso, Cidade Ocidental, Novo Gama e Santo Antônio do Descoberto, toda aquela região, que hoje padece com a falta de abastecimento de água. Com a entrada em operação do Corumbá Sul, temos condição de resolver não só o *deficit* provável que ocorrerá nessa época na região do Distrito Federal, ali próximo, como também essa vasta região do Entorno, que hoje tem esse sério problema.

Meus amigos, outro sistema, outra região que também abastecemos é Águas Lindas de Goiás. Esta cidade, vocês bem conhecem, é uma cidade que talvez tenha o maior índice de crescimento do Brasil e até pouco tempo da América Latina. Hoje tem mais de duzentos mil habitantes e, há pouco, sem qualquer tipo de abastecimento e esgotamento sanitário.

Recentemente, a CAESB passou, em parceria com a SANEAGO, a operar, a atender aquela região. De sorte que a concessão de Águas Lindas, hoje, é da CAESB em parceria com a SANEAGO. Já estamos licitando os sistemas de água e



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 10 |

abastecimento de Águas Lindas, que, além de resolver um grave problema social, atenderá um grande problema ambiental ali localizado.

Como vocês sabem, Águas Lindas está situada às margens do Lago Descoberto, que é a maior fonte de abastecimento de água do Distrito Federal. Agora, imaginem vocês uma cidade com duzentos mil habitantes, às margens do nosso maior manancial, sem um palmo sequer de rede de água e de esgotamento! Por isso, vocês podem entender a importância estratégica para nós, do Distrito Federal, em fazer esse atendimento. Neste momento, estamos priorizando a construção das redes de esgoto, e já estamos bem adiantados nesse processo de licitação. Nos próximos dias lançaremos os editais de construção das redes de água.

Bom, este é o cenário do Entorno e do Distrito Federal. Com esses quatro mil litros por segundo, associados, acrescentados, aos sete mil litros que produzimos hoje, nós estaremos com doze mil litros por segundo, volume capaz de atender o Distrito Federal pelos próximos vinte a trinta anos. Então, em poucas palavras, este é o cenário atual. Nós temos absoluta certeza de que com a construção desses três sistemas – Bananal, Paranoá e Corumbá Sul – e mais a preocupação fundamental de modernizarmos, de melhorarmos as condições de desempenho do nosso atual sistema, estaremos com plenas condições de atender todo esse programa de Governo. Sabemos dessa importância e desde já garantimos que teremos condições de atender todos com a mesma qualidade que desprendemos à população do Distrito Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Agradecemos a presença dos Deputados Geraldo Naves, Chico Leite, Leonardo Prudente, Reguffe, Paulo Tadeu, dos demais convidados e dos técnicos que estão presentes.

Passaremos ao tempo destinado às perguntas. Por ordem de inscrição, farão uso da palavra a Deputada Eurides Brito, o Deputado Chico Leite e o Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se possível, eu também gostaria de fazer algumas considerações.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento o Deputado Paulo Roriz, que vem a esta Casa pela primeira



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 11 |

vez como Secretário de Estado. Saúdo o nosso amigo Fernando Leite, que dirige a CAESB, e os demais presentes.

Ontem tivemos um plenário vazio de Parlamentares e hoje isso se repete. Podemos deduzir duas coisas. Eu disse a todos que o Plenário estava representado, porque estavam presentes os dois Líderes: o Líder de Oposição e o Líder de Governo. São eles que, em geral, conduzem as votações nesta Casa. Talvez alguns já estejam recebendo sugestões da comunidade para encaminhamento de emendas e outras informações. Temos de lembrar que chegamos aqui após onze audiências públicas. Houve uma ampla participação de toda a comunidade. Havia hora para começar, mas não para terminar. Todas as questões muito importantes são assim, vão se afunilando. Creio que, na galeria, vemos aqueles que dizem ir até o fim, acompanhando, reivindicando e lutando. Vemos no Plenário aqueles que estão mais envolvidos com as questões. Isso não quer dizer que os que aqui não estão não estejam interessados neste tema. O que não pode acontecer é, no momento da apreciação em plenário, muitos não terem tomado o devido conhecimento do que foi discutido ao longo das reuniões e do que foi apresentado aqui. Tenho certeza de que isso não acontecerá.

Tenho uma questão para fazer ao Deputado Paulo Roriz e outra para o Dr. Fernando Leite. Farei as duas, pois as questões terão influência em decisões que tomaremos em relatório que apresentaremos a esta Casa e também no relatório final que aqui será feito.

Parabenizo o Deputado Paulo Roriz pelos programas habitacionais. V.Exa. ressaltou que está há apenas dezesseis dias na pasta, mas está bem enfrontado e tomando muitas atitudes para que o programa, de fato, sala do papel e alcance a população do Distrito Federal. Isso é muito bom, Deputado Paulo Roriz. Em função desses programas habitacionais que beneficiarão uma boa parte da população do Distrito Federal, como V.Exa. bem situou, sem distinção de camadas sociais, eu gostaria de saber que regiões administrativas do programa – não é o que estamos vendo pelo relatório, até porque tenho de ver se as coisas estão coincidindo, pois a nossa função é relatar – serão mais atingidas com o adensamento populacional.

É claro que, se há todo um programa habitacional novo em uma região, haverá ali um adensamento populacional que terá repercussão em todos os equipamentos sociais daquela região e, por consequência, das demais regiões. Então, eu gostaria que V.Exa. nos esclarecesse isso.

Dr. Fernando Leite, ontem um Parlamentar disse aqui – não lembro exatamente quem, mas sei que foi um Parlamentar que estava em plenário e peço que os colegas me corrijam se, por acaso, eu estiver enganada – que, segundo dados do IBGE, o Distrito Federal estaria entre os três estados brasileiros em pior situação quanto à reserva de água para as próximas gerações. Isso foi dito ontem. Acho que foi o Deputado Paulo Tadeu quem disse. E o IBGE é um órgão sério.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 12 |

Então, segundo dados do IBGE, nós estaríamos entre esses três estados brasileiros em pior situação quanto à disponibilidade de oferecer água para a população.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Convido para sentar à mesa o Deputado Federal Alberto Fraga, Secretário de Transporte.

Concedo a palavra ao Secretário de Habitação do DF, Deputado Paulo Roriz.

DEPUTADO PAULO RORIZ – O Governo do Distrito Federal tem trabalhado mais na infra-estrutura de uma área com que me preocupo um pouco – eu já disse isso ao Governador. Justamente essa área, aquele quarteto entre Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas e Taguatinga, acredito ser a região que sofrerá mais, pois é ali que o Governo tem trabalhado mais para dar infra-estrutura. V.Exa. pode partir do transporte, por exemplo. O Governo tem feito, em relação ao transporte, várias obras naquela região. Na área de saúde, o Governador tem praticamente definida a construção do Hospital do Recanto das Emas. Na área de educação, o Governo também tem olhado por aquela região com mais carinho.

Então, acredito que essa região entre Samambaia, Recanto das Emas, Taguatinga e Ceilândia é a que sofrerá maior impacto.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Concedo a palavra ao Dr. Fernando Leite.

SR. FERNANDO LEITE – Deputada Eurides Brito, realmente, essa colocação é extremamente importante.

O Distrito Federal, pelas suas características, especialmente pela sua localização, pela sua altitude – nós estamos aqui em um planalto, e o que é mais importante, além de ser um planalto, uma região que normalmente chamamos de “Berço das Águas”. Então, aqui é uma região de nascentes, devemos ter uma preocupação com a preservação dos recursos hídricos que transcende a preocupação com a própria unidade da Federação. Porque aqui nós temos de nos preocupar também com os grandes cursos de água do País.

Nós temos aqui nesta região, para ficar num exemplo, uma área denominada Águas Emendadas, onde temos nascentes que vão contribuir para a formação das três principais bacias brasileiras. Como todos sabem, nós temos ali cursos de água que vão formar a Bacia do Tocantins, a Bacia do São Francisco e a Bacia do Prata. Se não bastasse isso, nós temos outro sem-número de pequenos cursos de água que nascem aqui dentro do Distrito Federal e vão formar outros rios nos Estados de Goiás e de Minas Gerais.

Portanto, nossa preocupação ambiental precisa ser redobrada. Nós estamos, como eu disse, na região denominada “Berço das Águas”. Além dessa preocupação em preservar as nascentes, as cabeceiras, nós temos aqui também uma disponibilidade de água *per capita* pequena em relação às demais unidades da Federação, o que atesta exatamente esse indicador apresentado aqui ontem, que é



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 13 |

um número sobejamente conhecido por todos nós. Isso só reforça a tese, a preocupação nossa e a certeza de que estamos no caminho certo. Os sistemas que estamos desenvolvendo para abastecer o Distrito Federal estão situados principalmente fora das divisas do DF.

Nós da CAESB temos dito isso à exaustão: que a nossa proposta de abastecimento é que, em futuro próximo, toda a água necessária ao abastecimento da população virá à jusante das nossas nascentes. Ou seja, vamos captar água do Estado de Goiás, principalmente, talvez alguma coisa em Minas no futuro, e vamos transformar todas as nossas nascentes em APMs, em parques, em áreas de preservação. Esse é o nosso propósito a médio e longo prazo.

Atualmente, o que estamos fazendo é privilegiar um manancial, o do Paranoá, que é uma proposta ousada – se Deus quiser, nós gostaríamos de ter a oportunidade de vir a esta Casa debater com todos os membros – de utilizar a água já servida, que hoje constitui o Lago Paranoá, que tem, meus amigos, a qualidade hoje superior à maioria das praias brasileiras, a qualidade da água do Paranoá. Além disso, nós estamos privilegiando outro grande sistema, o de Corumbá.

Traduzindo isso em números: hoje nós temos uma produção de água no Distrito Federal em torno de sete mil litros por segundo; somente o Corumbá Sul tem capacidade para doze mil litros por segundo. Neste primeiro instante, nós vamos captar lá 3.600 litros, para atender o Distrito Federal, reforçar o abastecimento do Distrito Federal e ainda atender toda aquela vasta região do Entorno Sul, como eu já disse.

Portanto, Deputado, eu acho que a filosofia, a proposta, o partido adotado para atender o abastecimento de água do Distrito Federal para os próximos anos leva prioritariamente em consideração a nossa reduzida disponibilidade hídrica dentro do nosso território. E enfoca, privilegia a captação fora do Distrito Federal. Daí a nossa preocupação, nós temos que fazer as devidas parcerias, temos de fazer as devidas aproximações para que possamos, prioritariamente, conjuntamente com o Governo de Goiás, preservar a Bacia do Corumbá, a Sub-bacia do Descoberto e, óbvio, a do São Bartolomeu também.

Não sei se eu atendi a dúvida de V.Exa., Deputada Eurides Brito.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Muito obrigado. Eu faria uma indagação. Estão inscritos para fazer uso da palavra o Deputado Chico Leite, o Deputado Geraldo Naves e o Deputado Batista das Cooperativas, aqui da Mesa. A minha pergunta seria a seguinte: ouviríamos, primeiramente, o Deputado Alberto Fraga, para falar do transporte, no que se refere à questão do contexto do PDOT; em seguida, passaríamos às indagações...

(Intervenção fora do microfone.)



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 14 |

Atendendo ao nosso Plenário, muito democraticamente, vamos ouvir ao Secretário de Transportes, Deputado Federal Alberto Fraga.

SR. ALBERTO FRAGA – Agradeço a oportunidade e peço desculpas pelo atraso, pois estava em uma reunião com o Governador.

Teria até pouca coisa para dizer. Mas eu acredito que o PDOT deve ser visto como o plano maior, em que serão definidas as políticas de uso e de ocupação do solo – Isso é indiscutível. Parabéns esta Casa por essa iniciativa de discussão.

Em virtude disso – sabendo que seria ampla essa discussão –, a Secretaria de Transportes iniciou a pesquisa do Plano Diretor de Transporte Público Urbano. Nessa pesquisa, na verdade, 37 mil pessoas serão ouvidas. As pesquisas serão feitas nas casas, serão feitas em todas as regiões, inclusive em oito cidades que compõem a região da RIDE. Esse Plano Diretor vai nos apontar, por intermédio dos dados coletados, elementos para que possamos desenvolver a política de transporte, com ações, inclusive, de curto, médio e longo prazo.

O que é importante dizer é que o PDOT vem nessa linha da ocupação do solo com legalidade; nós não podemos continuar assistindo a cidade crescer de maneira desordenada, invertendo os papéis. Uma cidade se desenvolve em cima de uma linha de transportes. É aí que entra esse Plano Diretor de Transporte, que será a cartilha, a norma padrão que vai direcionar o Governo, por meio da Secretaria de Transportes, na implantação das políticas de transportes. E para isso precisamos ouvir a comunidade.

Acredito que em 30 de novembro é que vai se encerrar a de 2009, que nós vamos concluir o Plano Diretor. Não vamos fazer nada de maneira apodada, até para não cometermos erros. Mas o Plano Diretor de Transporte Urbano, depois de ouvir a população, depois de recolher todos esses dados, vai fazer um diagnóstico, que apontará os caminhos que deveremos seguir com a Secretaria de Transportes.

Veja, o último Plano Diretor feito pelo Governo do Distrito Federal foi em 1980. Desse plano diretor, o primeiro e único – se não me engano feito pelo GEIPOT –, surgiu uma bela idéia, como por exemplo, Deputada Eurides Brito, o Zebriinha, transporte vizinhança. De lá para cá nada mais foi feito. Na época, o Secretário era o Geraldo Maciel.

Portanto, o Plano Diretor hoje desenvolvido e em andamento pela Secretaria de Transporte é que vai nos dar verdadeiramente uma referência, um direcionamento. Temos um longo caminho pela frente e é evidente que, em todas as áreas, nós coletaremos, por meio da nossa pesquisa, dados e opiniões para que possamos montar um eixo de transporte que atenda a demanda.

Apenas para os senhores terem uma idéia, um dos maiores programas de transportes do GDF é exatamente o programa Eixo-Sul, que atende as cidades do Gama e de Santa Maria, um transporte de massa que será feito por meio de



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 15 |

corredores exclusivos e que atende perfeitamente a cidade do Catetinho. Já existe como sistema de transporte em Brasília um sistema tronco-alimentador, ou seja, os microônibus que irão alimentar os ônibus maiores. O programa atende perfeitamente.

Portanto, tranqüilizo os Srs. Parlamentares responsáveis pela elaboração desse importante plano. O Plano Diretor vai realmente contemplar qualquer dúvida que a população por ventura venha a ter.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Agradecemos a presença do nosso Secretário de Transporte, Alberto Fraga; do nosso Secretário de Habitação, Deputado Paulo Roriz.

Passaremos, neste momento, a palavra aos inscritos.

Com a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Boa-tarde a todos. Saúdo o Sr. Presidente, Deputado Benício Tavares; os colegas, Deputado Batista das Cooperativas, Deputado Rôney Nemer, Deputado Geraldo Naves. Saúdo os nossos convidados, Deputado Fraga, Doutores das áreas relativas à água e à habitação e a minha companheira de CCJ, Deputada Eurides Brito. Saúdo os senhores e as senhoras da imprensa, assessores e assessoras, em especial o Dr. Fernando Leite.

Apenas uma observação preliminar: as observações tratadas pela Deputada Eurides Brito a respeito da nossa dificuldade gravíssima de abastecimento, entre os três, o de maior dificuldade. O Dr. Gustavo Souto Maior referiu-se a Corumbá, com os problemas que tem, dizendo que mais provavelmente pode ser que tenhamos essa água só daqui a cem anos. S.Exa. esteve ontem aqui, é o Presidente do IBRAM. Só para lembrar quem efetivamente disse isso ontem, neste plenário, com a presença do Líder Deputado Leonardo Prudente. De fato, é extremamente otimista o Dr. Gustavo Souto Maior, que, aliás, é Consultor Legislativo da Casa e por isso acompanhou o debate. A Deputada Eurides Brito o citou e eu não estava lembrando exatamente quem era a pessoa a quem ela se referiu. Mas eu gostaria de me dirigir a V.Exa. para fazer a primeira indagação.

O momento do debate é extremamente importante. O momento do voto, disse isso ontem, Deputado Fraga, é o momento do resultado. Aliás, aquele que vota sem conhecimento vota muito mal. Mais importante é o debate para conhecimento daquilo que efetivamente se decide para a população do Distrito Federal. Por isso a importância dessa Comissão Geral e do Executivo terem feito os debates em nome do PDOT.

Na carta da Diretoria Técnica da CAESB nº 50/2008 – essa carta de quando em vez tem sido citada –, assinada pelo Diretor Técnico, Sr. Cristiano Magalhães Pinto, presente nesta Casa e a quem tenho o prazer de conhecer, é condicionada a



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 16 |

emissão de licença de instalação do Setor Habitacional Catetinho à implantação e à operação do Sistema Produtor São Bartolomeu e/ou do Sistema Produtor Corumbá IV. Aquele que sempre temos questionado.

Condiciona, também, para que a licença do Setor Habitacional Catetinho seja aprovada, a operação das Estações de Tratamento de Água dos sistemas Catetinho Baixo e Alagado. Por último, a CAESB afirma que o empreendedor do Setor Habitacional Catetinho deve custear a implantação dessas duas estações de tratamento de água.

Em outro documento, denominado Relatório Síntese dos Sistemas Produtores de Água para o Distrito Federal e Entorno, a CAESB estimou os custos desses sistemas produtores das estações de tratamento de água.

Sistema São Bartolomeu: menor valor projetado, 230 milhões de reais; maior valor projetado, 520 milhões de reais.

Sistema Corumbá IV: menor valor projetado, 160 milhões de reais; maior valor projetado, 650 milhões de reais.

Diante dessas condicionantes, nobre Dr. Fernando Leite, e desses custos para captação e produção e também para o tratamento de água, é possível afirmar ser possível implantar o Setor Catetinho nos próximos anos? O GDF será o empreendedor do Setor Habitacional Catetinho? Terá capacidade financeira de realizar esses investimentos públicos? Não existem – e deixo essa indagação a V.Exa., um dos especialistas – outras alternativas mais baratas para a execução da Política Habitacional de Interesse Social?

Deputado Benício Tavares, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, eu toquei nesse assunto ainda ontem. Quero dirigir-me ao nobre Deputado e Secretário de Habitação, Paulo Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Deputado Chico Leite, o Deputado Paulo Roriz ausentou-se um pouco. Está presente o Dr. Otto Ribas, que é da CODHAB e poderá responder suas perguntas.

DEPUTADO CHICO LEITE – Peço imensas desculpas pelo fato de não conhecê-los. É um prazer tê-los na Casa para este debate, o que é sempre bom. E é com as diferenças que aprendemos. Apenas quem tem amadurecimento político para fazer política pela sociedade consegue crescer nas diferenças.

Então, eu me dirigirei a V.Exas. O PLC, que chamamos Cota Social, também foi tema de debate ontem com o nobre Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Benício Tavares.

O PLC nº 46/2007 apresenta várias formas de atendimento da demanda por novas áreas habitacionais. Uma delas é a estratégia de regularização fundiária do



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 17 |

plano, a ser cumprida por meio da definição das Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS e das Áreas de Regularização de Interesse Específico – ARINE.

Essas áreas se referem aos chamados condomínios horizontais que estão sendo regularizados. No documento técnico que acompanha o PLC, para cada área dessas de regularização, além do número de lotes em hectare, consta a população atual e a prevista, bem como o número de lotes ocupados e o número total de lotes. Por meio dessas informações, foi possível calcular a quantidade de pessoas para os lotes ainda não ocupados.

O resultado dos cálculos mostra que os lotes ainda não ocupados nessas ditas áreas de regularização fundiária podem comportar uma população – vejam bem – de 145.153 habitantes. Ontem, tive preocupação com o adensamento populacional.

Diante dessa informação, pergunto qual será o quantitativo de unidades habitacionais de interesse social no interior dessas áreas, ou seja, no interior dos condomínios que estão sendo regularizados. Pergunto também qual será esse quantitativo nos novos setores habitacionais, como, por exemplo, no Setor Noroeste.

Lembro-me de que havia uma preocupação muito grande ontem, Deputado Benício Tavares – V.Exa. se lembra –, com a possibilidade de contemplarmos classes sociais diversas nesses programas para que não haja maior aprofundamento das diferenças sociais. Assim, evitamos que o Plano Piloto viva em uma condição, e os setores mais afastados vivam em condições mínimas. A esse respeito também se reportou ontem o Secretário Cássio Taniguchi.

Por último, para não cansar os senhores, ressalto que temos um projeto, o Projeto de Lei nº 299, de 2007, cujo acompanhamento trago ao conhecimento de todos: está pronto para entrar na pauta na Comissão de Assuntos Fundiários desde maio, ou melhor, desde julho do ano passado. Ele já foi aprovado uma vez por esta Casa, foi vetado pelo Governo, voltou, mas não consegui convencer os colegas a derrubar o veto, fato que respeitei. Naquela ocasião, a votação era secreta. Hoje, graças a Deus, é aberta, Deputado Fraga, é aberta! Aqui se vota e se presta contas à sociedade do que se faz. Pois bem, eu protocolei a matéria de novo, como permite o Regimento.

Tenho ainda muita esperança. Quando V.Exa. foi para a Secretaria de Habitação, eu disse: agora, sai. Não tenho dúvida. É o que se chama de PL da “lista limpa” – eu não gosto muito desse nome, sinceramente, porque se pressupõe que antes era sujo, sórdido. Eu quero saber o nome daqueles que podem receber os lotes. É isso o que eu quero saber! Eu quero saber quais são as cooperativas existentes. Eu quero saber quem são os possíveis contemplados, o primeiro, o segundo, o terceiro, o nome e a qualificação. Eu quero saber quem são os contemplados, um por um.

Digo que quero saber isso como representante da população. A população, que nos está escutando, sabe que V.Exas. têm essa responsabilidade. É ela, a



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 18 |

população, que quer saber. O Deputado Fraga sabe que, na Ceilândia, encontramos cidadãos e cidadãs nas ruas, desde aquela velha época, que relatam: “Cheguei aqui, doutor, há tantos anos e nunca recebi um lote, mas conheço gente que chegou ontem e já recebeu”. Aí, falam mal das cooperativas. E isso me dói, porque sei que há pessoas muito sérias que lá trabalham. Falam mal. Dizem que só ganha o amigo do rei ou que só ganham os amigos dos amigos do rei. Não é possível Isso! Nós precisamos tomar uma providência e abrir a lista.

O dirigente da cooperativa diz assim: esses dez vão ser para os mais próximos. Eu não acredito que se trabalhe assim! Sinceramente, eu não acredito. Eu acredito em transparência, e esta Casa deu o exemplo: foi mal falada, mas corajosamente pôs as contas da verba indenizatória na Internet. O Presidente Alírio Neto não está aqui, mas tem de ser parabenizado por isso, assim como os integrantes da Mesa e todos os colegas Parlamentares que votamos pela aprovação da resolução. A Casa teve coragem antes de qualquer outra no Brasil.

A terceira indagação, Deputado Benício Tavares, é para V.Exa., ex-Presidente desta Casa, com todo o respeito que tenho. Isso não é possível! Há três reuniões que esse PL está na pauta. Solicito que esse PL seja efetivamente apreciado na comissão. Nós cobramos tanto do Poder Executivo – e aqui estão presentes o Sr. Fernando Leite e diversos outros gestores, que sabem disso. Como é que nós da Casa Legislativa podemos cobrar dos gestores se não fizermos o nosso dever de casa? Faço solicitação a V.Exa., Sr. Presidente, para que coloque o PL da “lista limpa” na pauta – não gosto do nome “lista limpa”, pois pressupõe que algo não o seja; não é a expressão ideal. Solicito seja feita divulgação da lista, conforme o que passo a ler: “projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação na página da Internet da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – era esse o nome à época – e no *Diário Oficial do Distrito Federal* do cadastro de inscritos nos programas habitacionais”.

É o que desejamos.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Agradeço ao Deputado Chico Leite.

Ao receber essa solicitação, que poderia ter sido feita anteriormente, informo que já poderíamos ter apreciado a matéria. Como V.Exa. fez esse pedido hoje, não tenho condições de negá-lo. Vamos pelo menos inserir o projeto na pauta e discutir a matéria com os Parlamentares integrantes da Comissão. Não sei quem é o relator do projeto, mas pedirei à assessoria da Comissão que solicite ao relator que prepare o parecer o quanto antes para a possível apreciação da matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, na verdade, eu já fiz essa solicitação à assessoria da Comissão há três reuniões. Havia, aqui e ali, algum problema de *quorum*.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 19 |

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Deputado Chico Leite, faremos esse debate na segunda-feira.

DEPUTADO CHICO LEITE – Obrigada, Deputado Benício Tavares.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Com a palavra o Secretário de Habitação do DF, Sr. Paulo Roriz.

SR. PAULO RORIZ – Deputado Chico Leite, como eu não estava em plenário quando V.Exa. fez a primeira pergunta, vou pedir ao Dr. Otto Ribas que responda a ela.

Quanto à segunda indagação, quero dizer a V.Exa. que só estou há 16 dias na Secretaria. Não se esqueça disso. Pelo que sei, essa famosa “lista limpa” foi feita na época em que o senador Cristovam Buarque era governador. Se não me falha a memória, foi o governo anterior que acabou com essa lista.

Quero dizer também a V.Exa., por quem tenho o maior respeito, que vou solicitar à CODHAB, órgão vinculado a nossa Secretaria, que disponibilize essa lista a todos os moradores do Distrito Federal. Estamos trabalhando para isso. Coincidentemente, fizemos uma reunião na semana passada para discutir sobre essa famosa lista.

Peço aos senhores – e já transmito isso ao meu diretor – que não disponibilizem a “lista limpa” de imediato, porque precisaremos de um prazo maior para tal.

Vou mais longe: dentro do prazo de uma semana a dez dias, vou disponibilizar, no *site* da Secretaria de Habitação, a lista dos lotes que já foram entregues. Eu acho que, se eu conseguir isso, já caminharei 70%. Se eu disponibilizar os lotes que foram entregues, eu já avançarei muito. Peço, então, ao Dr. Otto que disponibilize, no *site* da Secretaria de Habitação, no prazo de dez dias, a lista de todos os lotes com os nomes de todas as pessoas beneficiadas com o Programa Habitacional no Distrito Federal, ou seja, das pessoas que já receberam lotes. Portanto, em dez dias, os senhores poderão verificar, no *site* da Secretaria de Habitação, a relação de todas as pessoas que foram beneficiadas pelo programa habitacional.

O Dr. Otto Ribas responderá à primeira pergunta, pois, naquele momento, eu não estava presente.

SR. OTTO RIBAS – Boa-tarde a todos. Eu quero agradecer o convite da Mesa e manifestar a alegria por ver o pronunciamento do Deputado Chico Leite sobre a questão da habitação.

Antes de falar sobre as questões anteriores, eu só gostaria de acrescentar às palavras do Sr. Secretário que hoje qualquer cidadão pode entrar no *site* da CODHAB



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 20 |

e colocar o CPF para saber quantos pontos ele já tem na lista. Isso já é acessível agora.

Em relação à lista, eu gostaria de externar uma opinião, que é a dos técnicos do Governo. A lista, na verdade, é uma coisa extremamente injusta, porque, ao longo de 30 anos de existência da política habitacional do Governo, deu expectativas para lotes, moradias que ainda não existem. O que seria o ideal? A necessidade habitacional talvez seja temporal, de alguém que casa hoje, de alguém que mudou neste momento. Não é algo perene. Certamente muitas pessoas que estão há quarenta anos na lista já resolveram sua situação. Posso dar o exemplo da minha mãe, que entrou na lista, já faleceu, e seus filhos já cresceram. Se ela ainda estivesse viva, não precisaria estar na lista.

Então, a lista como está configurada hoje é injusta. O Governo do Distrito Federal assumiu a possibilidade de não fazer. Seria uma nova injustiça eliminar essa lista, por conta de ainda haver pessoas na lista, as quais nós precisamos atender. Por essa razão, o Governador e o Sr. Secretário priorizaram o atendimento das pessoas constantes na lista. Estamos atendendo as pessoas mais antigas da lista. Essa é uma prioridade do Governo.

O desejável de uma demanda habitacional é sempre oferecer empreendimentos, abrir as inscrições, atender as pessoas com maior demanda, fechar a lista e começar novamente. Dessa forma, temporalmente, nós sempre atualizaríamos a lista. Era isso que eu gostaria de falar sobre a lista.

Em relação à definição das áreas de interesse social e das áreas de interesse específico, eu falarei sobre as de interesse social, e o Dr. Danilo falará sobre as de interesse específico.

Sem dúvida alguma, o processo de regularização exige – e o próprio Estatuto da Cidade deu um avanço nisso – que sejam regularizados todos os que ocupam espaço no território. Então, eu acho que esse foi o avanço que o Estatuto trouxe, e estamos adotando no PDOT a regularização de interesse social.

Em termos de números, eu acho que o próprio documento técnico e o PDOT têm esses números. Eu não guardo todos na memória, mas eu posso falar, de uma forma expressiva, dos maiores números, que são: da Estrutural, com 35 mil famílias; do Condomínio Sol Nascente e do Pôr-do-Sol, com 76 mil famílias aproximadamente; e do Itapoã, com aproximadamente 60 mil famílias. Com relação a esses números, é preciso dizer que são estimativas, pois temos que produzir inventários, fotografias e cadastros. Portanto, são estimativas que constam no documento técnico em função da densidade, da experiência etc.

Logo, podemos dizer que, com o processo de regularização das habitações de interesse social, especialmente dessas áreas mais críticas, que são Itapoã, Porto Rico, Mestre D'Armas, Sol Nascente, Pôr-do-Sol, Estrutural, Arapoanga e algumas de Sobradinho, nós conseguiríamos atender todos os aspectos de regularização da



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 21 |

população hoje de baixa renda. Com isso, diminuiria, consideravelmente, o *deficit* habitacional.

É preciso lembrar também que uma das grandes críticas que sempre foi feita ao Governo do Distrito Federal, não ao atual, mas ao longo do tempo, é que o surgimento das áreas irregulares é fruto da falta de estoque para oferecer às populações. Então, esse Governo está tentando, por meio do PDOT, colocar um estoque muito maior do que as expectativas, com o objetivo precípuo de evitar as ocupações irregulares. Esse é um aspecto importante porque essa crítica, de fato, aconteceu, ou seja, nós nunca tivemos lotes suficientes para atender à demanda.

Com relação ao Noroeste, o Dr. Danilo pode falar.

Caso haja algumas perguntas específicas, eu poderei respondê-las.

DEPUTADO PAULO RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Leite, antes de se passar a palavra ao Dr. Danilo para responder sobre o Noroeste, quero dizer que nós tínhamos dois programas importantíssimos.

O primeiro é o do Setor Mangueiral. Trata-se de uma PPP. Por meio dessa parceria, o Governo construirá oito mil moradias para pessoas que recebem até doze salários mínimos. O Governador, nesse programa, pediu-nos para fazer essa parceria e estabelecer o seguinte: as pessoas serão beneficiadas com a compra de moradia, que serão apartamentos e casas de quarenta e cinco até cinquenta e cinco metros, e as prestações não poderão exceder a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). Isso no Setor Mangueiral.

O segundo é o Programa Habitar Bem. Por meio desse programa, serão construídas cinco mil moradias, das quais três mil no Gama e duas mil em Sobradinho, com prestações de, no máximo, R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) e a mesma metragem do Setor Mangueiral.

Então, fora esses programas do Noroeste e dessa nova área, surgirão, até julho do ano que vem, mais essas duas áreas.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Concedo a palavra ao Dr. Danilo Aucélio.

SR. DANILO AUCÉLIO – Boa-tarde a todos. Muito obrigado pelo convite para participar dessa Comissão. Só para esclarecimentos, eu também farei algumas considerações anteriores em relação ao Plano Diretor.

Primeiro, eu já comentei em outras audiências que esse é um plano diretor muito ousado, porque nós, além da parte inicial de que falamos, das diretrizes vinculadas a todas as áreas, estabelecemos bastantes diretrizes de meio ambiente dentro desse plano, amplamente discutido com a população e junto aos órgãos



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 22 |

ambientais. Eu vou falar de algumas diretrizes bem claras que temos de vislumbrar junto com a questão habitacional. Nós dissemos que devemos ter planos diretores de drenagem, uma coisa fundamental. Falamos quais são as condições desses planos. Em relação ao sistema de transporte, como o Deputado Fraga já disse, nós também trabalhamos em conjunto com a Secretaria de Transporte. Esse PDOT traz as diretrizes que o plano diretor de transporte deve abarcar, exatamente para que possa acontecer como o Deputado falou. Quer dizer, todas essas questões foram muito bem colocadas nas suas diretrizes iniciais, vinculando a questão de um planejamento maior em relação ao uso e ocupação do solo.

Mas não só isso. Esse plano é ousado porque traz as estratégias de ações que nós devemos fazer para que isso aconteça e não fique apenas em macrodiretrizes. Então, nós trazemos, sim, estratégias de novas áreas habitacionais; estratégias de regularização; estratégias relacionadas com corredores de transporte, com eixos desses transportes; estratégias de dinamização de áreas urbanas, aproveitando exatamente esses corredores de transporte. Ou seja, o bom desse plano é que se pode discutir, pois é muito claro, objetivo e indica quais são essas áreas.

Isso era o que eu queria apresentar sobre o Plano Diretor. É bom salientar que todo ele é muito bem relacionado e inter-relacionado em todas as suas diretrizes e ações, em relação a todos esses pontos que estão sendo discutidos aqui hoje, transporte e habitação.

Em relação à pergunta do nobre Deputado, como falei, indicamos 29 setores para regularização, alguns de interesse específico, o que abarca áreas de interesse social e áreas de interesse específico.

Também trazemos 27 áreas de parcelamentos urbanos isolados, com que tivemos um cuidado muito sério. Existem áreas pontuais que estão junto ao núcleo urbano, mas isoladas, e que precisam de regularização. Não esticamos essa zona urbana até lá exatamente por essa preocupação, mas estão indicados esses parcelamentos urbanos isolados, que também devem ser abarcados na regularização, e também algumas novas áreas habitacionais.

Em relação às áreas de regularização, temos tanto áreas particulares quanto áreas públicas, que devem ser regularizadas.

Nas áreas particulares, o que trazemos aqui são condições para que isso aconteça, mas, de qualquer maneira, todo custo e toda obra fica por conta do empreendedor. A demanda dessas novas áreas que poderão ser ocupadas fica a cargo do empreendedor, podendo ser colocada como área de interesse ou não. Por exemplo, em Santa Maria, existem algumas áreas novas que estão sendo colocadas como de interesse social.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 23 |

Em relação às áreas públicas, vamos fazer sua regularização por conta da TERRACAP em conjunto com a CODHAB. Dessas áreas, vamos definir quais são destinadas ao público alvo de acordo com as nossas políticas habitacionais.

Era isso que eu queria acrescentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado João Alberto Fraga, Sr. Fernando Leite, nobre Administrador e Deputado Aylton Gomes, Deputado Paulo Roriz, nosso nobre Secretário, quero deixar bem claro que eu estou Deputado. Sempre fui e sou sincero com o que falo, e falo na cara, não deixo para falar, para perguntar depois. Estou falando isso logo no início, Deputado Chico Leite, para que fique bem claro que não estou aqui fazendo joguinho para a imprensa. Afinal, são meus amigos e companheiros.

Tenho somente 36 anos de profissão – aliás, vou para 38 – e estou Deputado há apenas 16 dias, graças ao chamado do meu nobre companheiro, Deputado Paulo Roriz, do partido Democrata, o que é fruto dos meus votos.

Comecei a trabalhar no rádio no dia 1º de janeiro de 1966. O Deputado João Alberto Fraga ainda nem havia nascido. Não vou me prestar a caras e bocas pelo que digo aqui – e que a carapuça sirva a quem quiser. Continuarei falando. Cara feia para mim e para o Deputado João Alberto tem um nome: fome. E eu não tenho medo dela. Falo, enfrento e sigo firme.

Eu não vou ficar aqui fazendo joguinho para aparecer no *DFTV*. Não quero! Estou “pouco me lixando” para aquele jornalista que fica lá fazendo caras e bocas, porque, se as pessoas da *Rede Globo* vierem aqui, vão dizer o seguinte: você está demitido por estar fazendo caras e bocas, porque tem que obedecer ao Rio de Janeiro. É assim que funciona. Fui diretor da Rede Globo por vinte e um anos; tenho crachá, tenho documentos, tenho tudo. Não tenho papas na língua; portanto, continuarei falando.

Sr. Fernando Leite, a pergunta que farei ao senhor ficou sem resposta aqui ontem: quando iniciará a obra de Corumbá Sul?

SR. FERNANDO LEITE – Deputado Geraldo Naves, estamos concluindo os projetos. É uma obra muito grande e complexa. Ela será feita em parceria com o Estado de Goiás e deverá ser iniciada ainda este ano e concluída até 2010.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Ontem foi dito pelo Sr. Gustavo Souto Maior que esta obra seria para daqui a cem anos. V.Exa., que é Presidente da CAESB, respondeu ao questionamento. Que o Sr. Gustavo fique com a conclusão dele, a qual a Deputada Eurídes Brito mencionou aqui. Se a obra for concluída daqui a dois anos, parablenzo V.Exa. Ontem disseram que a assinatura de V. Exa. não valla. Eu disse



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 24 |

que valia e vale muito. Parabéns pelo seu trabalho na CAESB, o qual conheço e respeito.

SR. FERNADO LEITE – Muito obrigado, Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Deputado Paulo Roriz, meu nobre companheiro, parabéns por saber de tudo nesses dezesseis dias!

V.Exa. citou muitas obras a iniciar, a entregar às famílias. Somei-as por alto, mas chegou um determinado momento em que parei. Noto que V.Exa. está bem corado e bem-disposto à frente da Secretaria. V.Exa. está feliz?

DEPUTADO PAULO RORIZ – Deputado Geraldo Naves, estou sempre feliz, graças a Deus.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Parabéns! Torço muito por V.Exa., não para que eu esteja aqui. Sou um homem de partido e não estou preocupado. Se o Governador disser que precisará de mim em algum lugar, estarei lá o ajudando. Se precisar vir aqui o competentíssimo suplente Sr. Washington, estarei disposto a contribuir. Não tenho a vaidade de ser ou querer ser, estamos onde Deus quer que estejamos.

V.Exa. está no lugar certo, pois é um homem que não tem medo de poeira, como nós. Aquele que pratica o bom exercício da profissão não tem medo de poeira. Parabenizo-o!

O gabinete nº 22 – com o qual muitos brigaram ultimamente – está a seu inteiro dispor, literalmente. No que V.Exa. precisar, estaremos lá.

Aproveito a presença do Deputado Batista das Cooperativas para dizer a S.Exa. que lhe desejo toda a sorte do mundo e parabenizo-o pelas colocações sérias em relação ao PDOT e pelo trabalho que vem desenvolvendo. Meus parabéns!

Pelo pronunciamento do Sr. João Alberto Fraga aqui hoje, acredito que S.Exa. esteja ansioso para responder às perguntas. Farei algumas.

O transporte de Brasília está mais *light*, mais suave. Existe a polêmica criada em torno das 656 *vans* que circulavam pelo Distrito Federal. Confesso que fiquei um pouco preocupado com a atitude de S.Exa. e do Governo quando os vi retirarem de circulação as *vans* no Distrito Federal. Entretanto a população compreendeu, o trânsito passou a fluir melhor, e o número de acidentes diminuiu. Esses dados foram levantados pela própria Secretaria de Segurança. Muitos não tinham conhecimento sobre os estupros e roubos, sempre noticiados pelo *Barra Pesada*, e tudo que vinha acontecendo nessas *vans* que existiam por aí.

Na opinião de V.Exa., há algum prazo para virem mais microônibus como os que começaram a circular, a fim de suprir essa necessidade geral?

SR. ALBERTO FRAGA – Sim, Deputado Geraldo Naves. Fizemos uma licitação de 450 microônibus e só implantamos no sistema 350. Por determinação judicial,



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 25 |

assinamos um contrato de mais cem microônibus, os quais, dentro de trinta dias, estarão prontos para rodar. Serão eles que completarão o remanejamento final. Recebemos as reclamações da população. As que são procedentes e pertinentes, procuramos atendê-las. Tenho ouvido muito os administradores, que me repassam as dificuldades, e tentamos consertá-las. O grande problema é que, onde não há microônibus suficientes, pedimos para que os empresários continuem atendendo. Esses, sim, não cumprem a tabela horária. Preciso de uma maneira de punir o empresário que não cumprir a tabela horária — a população reclama por ficar na parada por uma hora e o ônibus não passar.

De nada adianta eu identificar esse problema, se não conseguir punir esse empresário. Ele continuará com essa prática. Costumo dizer que é "enxugar gelo". Tenho pedido ao Governo alguma solução para resolver isso.

Portanto, o sistema está longe de ser ideal, mas não tenho dúvidas de que, no máximo, em quatro ou cinco meses, nós o ajustaremos.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Agradeço a todos os senhores. Não tenho mais nada a dizer. Quero parabenizá-los. É uma pena, porque ninguém ouviu o discurso do Secretário Paulo Roriz, a não ser eu e o Deputado Chico Leite, que assistiu à metade da explanação. É evidente que, depois, os comentários virão. Virá um longo debate no qual poderemos falar mais.

Parabenizo a sua explanação, Secretário. Torço muito para isso.

Ao Presidente da CAESB, Fernando Leite, e ao Secretário Alberto Fraga, agradeço a presença.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Obrigado, Deputado Geraldo Naves. Saúdo o nosso amigo Aylton Gomes, Administrador de Planaltina, e os nossos amigos nas galerias.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de desejar uma boa tarde aos telespectadores. Cumprimento as pessoas presentes na galeria; os técnicos do Governo; a Dra. Ana Maria; a Dra. Rejane; a Dra. Patrícia; os técnicos da Casa; os amigos da Imprensa; o Dr. Otto Ribas, Diretor da CODHAB; o Dr. Fernando Leite, Presidente da CAESB, e toda sua equipe técnica. Saúdo o Deputado Geraldo Naves e o parabenizo, porque tenho notado que ontem e hoje S.Exa. esteve no debate desde o primeiro minuto, discutindo, debatendo e fazendo suas contribuições. Cumprimento, ainda, o Deputado Cabo Patrício; o Deputado Reguffe; o Deputado Chico Leite. Deputado Aylton Gomes, Administrador de Planaltina, seja bem-vindo a esta Casa, que está sempre de portas abertas a V.Exa. Saúdo o Deputado Federal e Secretário de Transportes Alberto Fraga e cumprimento o Presidente da Mesa, Deputado Benício



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 26 |

Tavares, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários. Por último, eu gostaria de cumprimentar o Secretário de Habitação Paulo Roriz, meu amigo, membro do Bloco Democratas-Progressistas aqui da Casa.

Eu queria discordar de V.Exa., quando disse que tem só 16 dias à frente daquela pasta. Deputado Paulo Roriz, acho que V.Exa. tem muito mais, porque o seu coração já defende a habitação há muito tempo. Então, sei que o seu coração está na habitação há muito mais tempo do que há apenas 16 dias.

Sei e entendi quando V.Exa. falou do desafio que tem à frente da Secretaria de Habitação. Deputado Paulo Roriz, acredito que a Secretaria de Habitação do Distrito Federal é uma das secretarias que mais proporcionaliza desafios no Distrito Federal. Tenho certeza de que V.Exa. está nesta Secretaria para fazer um combate ao *deficit* habitacional em todos os segmentos de renda, mas, principalmente, no segmento de baixa renda. Tenho certeza de que V.Exa. está nesta Secretaria para entregar as 70 mil escrituras que, de uma forma absurda, ainda não foram entregues no Distrito Federal. Tenho certeza de que V.Exa. está na Secretaria para regularizar 500 mil moradias que hoje se encontram sob a bandeira terrível do condomínio irregular. Tenho certeza de que V.Exa. está na Secretaria para combater a nefasta cultura da invasão que o Distrito Federal tinha. Tenho certeza de que V.Exa. está na Secretaria para criar novos setores habitacionais.

Por que faço essas considerações? O que quero dizer é que esperamos muito desta Secretaria. A sociedade do Distrito Federal, o morador de fundo de quintal, aquele cidadão que não tem o seu direito básico e constitucional da moradia esperam muito desta Secretaria.

Sei da sua competência e é a primeira vez que tenho a oportunidade, nesta Casa, de fazer estes comentários com V.Exa. na condição de Secretário de Habitação. Então, desta maneira quero parabenizar V.Exa. e dizer da minha satisfação em vê-lo Secretário de Habitação do Distrito Federal.

No terceiro dia do meu mandato, quando tive a oportunidade de sentar com o Governador Arruda, assim que tive a graça divina de ganhar a eleição, o Governador me perguntou qual a grande contribuição que o Governo dele poderia dar para o Distrito Federal. Nesse dia, no início do meu mandato, pedi que o Governador tivesse um compromisso com a habitação e que conseguíssemos fazer habitação efetiva em todos os anos do mandato, porque Brasília, em todos os momentos, sempre teve uma cultura de se fazer política habitacional em véspera de eleição. Isso é fato. Entregavam moradias, realizavam a remoção de áreas de risco, faziam algum tipo de política habitacional só em véspera de eleição. E foi assim em todos os momentos. Não quero falar na época de Juscelino Kubitschek, porque eu ainda era uma criança. Mas, tirando essa época, todos os governos foram assim, inclusive o do PT.

Deputado Chico Leite, é preciso que se registre que a última moradia que foi entregue para cooperativa no Distrito Federal foi no ano de 2001. Temos 2002,



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 27 |

2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e vamos para o sétimo ano sem entregar uma única habitação para cooperativa no Distrito Federal.

Quando falo em defesa de cooperativa e de associação, faço esta ressalva, muito embora eu ache um absurdo fazê-la, refiro-me a cooperativas e associações habitacionais sérias, verdadeiras! Em nenhum momento – e não tinha razão de ser –, defendemos a cooperativa de fachada, mas, sim, a cooperativa verdadeira.

As cooperativas foram o grande instrumento de desmonte da invasão no Distrito Federal. Por quê? Porque as pessoas se reuniram, foram convencidas de que elas, envolvidas com cooperativas verdadeiras, com critérios habitacionais, juntas, poderiam fazer uma parceria pública com o governo! O programa de cooperativa é exatamente isso! O governo fornece às pessoas a área e elas se cotizam e constroem a moradia, Deputado Benício Tavares!

Então, o programa é muito bom! É espetacular. A organização Associações Solidárias para Habitação que, outrora, era chamada de Grupos Organizados, nasceu no Governo do PT. O desvirtuar do programa é que é nefasto. É terrível! As verdadeiras cooperativas foram um grande instrumento, mas faço essas considerações para dizer que há sete anos não tínhamos uma política habitacional efetiva no Distrito Federal, que não se entregava uma habitação para as pessoas!

O Governo atual passou um ano com estratégia e planejamento. Um ano que me angustiou profundamente, porque a defesa da habitação e da moradia está no meu nome político! Batista das Cooperativas! Não é "Batista dos Banqueiros"! Muito embora não tenha nada contra banqueiro. Não é "Batista dos Procuradores"! Não tenho nada contra os procuradores. E nem é "Batista dos Policiais Militares"! Não tenho nem poderia ter nada contra os policiais militares. Mas é Batista das Cooperativas!

Então, nesse primeiro ano, essa falta de política habitacional efetiva, incomodou-me profundamente! Mas sei que nesse primeiro ano precisávamos, Secretário Paulo Roriz, organizar a casa, criar uma companhia, a CODHAB – tive a honra de ser o relator do projeto que criou a companhia nesta Casa. Precisávamos, minimamente, reordenar a lista limpa – também recuso-me a chamá-la de lista limpa, porque sempre me reporto a ela como lista cadastral – que tem critérios! Todos sabem que para se conseguir uma moradia aqui no Distrito Federal tem que ter, no mínimo, cinco anos de Brasília e nunca ter tido imóvel. Agora, lamentavelmente, em alguns momentos, e isso é público e notório, critérios não foram cumpridos! Não é difícil andar no Distrito Federal e ouvir as palavras que foram ditas pelo Deputado Chico Leite. Pessoas humildes e operários falam, com um brilho nos olhos de tristeza, que moram em Brasília há trinta anos e nunca receberam a moradia! Muitas vezes, uma pessoa que está há dois ou três anos em Brasília já recebeu a moradia e já a trocou por um fusca velho e foi para outra Invasão.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 28 |

Então, hoje, reconheço desse governo que começamos a fazer uma política habitacional efetiva. Quem está andando pelo Distrito Federal, quem está participando das ações, Deputado Cabo Patrício, está vendo que hoje temos uma quadra nova em Samambaia, a 833, que foi o remanejamento daquelas famílias que tiveram que sair do Parque da Vaquejada. Parabéns ao Governador Arruda que teve a coragem de tirá-las daquele local, porque elas estavam num brejo! Famílias iam morrer ali se não houvesse uma decisão sensata, verdadeira e correta. Tiveram de tirar o Parque da Vaquejada, mas hoje as famílias estão habitando na quadra 833. Ressalve-se que são as famílias que tinham direito. Havia pessoas no Parque da Vaquejada que tinham três, quatro ou cinco casas. Detectamos isso. Havia pessoas que tinham um ano de moradia em Brasília e que compraram terras de grileiro. Não sabem onde está esse grileiro agora, e eu me faço a mesma pergunta. Tenho uma dificuldade muito grande de entender por que existem 500 mil pessoas morando em condomínios irregulares e não existe nenhum grileiro preso. Penso, às vezes, que parece um folclore dizer que existem grileiros em Brasília, porque ninguém foi punido. Foram 500 mil famílias que nem o Estado nem nós vimos nos condomínios irregulares.

Digo isso a vocês, porque ontem fui contestado quando defendi veementemente a implantação do setor habitacional do Catetinho. Temos de ter a coragem de, ordenadamente, harmonizando homem e meio ambiente, regularizar o setor habitacional do Catetinho. São 25 mil famílias que poderão ser fixadas ali em habitação vertical. Essa é outra cultura que tem de estar presente no Distrito Federal. A cultura daqui hoje é a oferta de um lote ao cidadão.

Ou temos a coragem de defender 25 mil novas habitações no setor habitacional do Catetinho, ou veremos 100 mil barracos lá. E eu não estou incitando invasão, não! As cooperativas sempre foram mortalmente contrárias à invasão. Tenho a graça divina de ser Deputado Distrital por causa do cooperativismo, que combateu a invasão, o caminho fácil de se conseguir a moradia por meio da invasão. Não estou incitando invasão, mas dizendo que o Poder Público não teve a capacidade de fiscalizar e evitar que 500 mil famílias fossem para os condomínios. Não teve a capacidade de evitar a existência de uma Estrutural, de um Itapoã, de um Vicente Pires. É preciso ter coragem para dizer isso. Às vezes, visitamos casas em Vicente Pires e vemos nascentes dentro das casas, escoando e fazendo uma cachoeira na sala do cidadão.

Faço essas considerações e defendo o Catetinho, o Noroeste, o Mangueiral e os novos setores de forma ordenada. O PDOT é a grande solução para todos nós. Alguns me apartearam no microfone ontem e disseram que defendem a habitação. Mas como defender a habitação sem a produção de novas habitações? Há um grande discurso de que isso tumultuaria o trânsito. É preciso que se diga que as famílias que serão atendidas dentro dos critérios – e serão atendidas assim – já



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 29 |

moram aqui. A água que será consumida por essas famílias já é consumida aqui no fundo de quintal, nas grandes piscinas do Lago Sul e do Lago Norte.

É preciso que se diga que há muita gente que é contra a habitação, é contra um cidadão ter um terreno de sete e meio por quinze, mas mora em uma casa em que a sala tem 400 metros quadrados. Eu não sou contra quem tem uma casa de 400 metros quadrados, eu gostaria de ter uma, e ainda terei, se Deus me permitir; não dá para ser contra por ser contra. Quando dizemos que nada pode, estamos dizendo que tudo pode. Durante dez anos falou-se que nada podia no Distrito Federal, mas tudo podia. Tudo podia! Não havia critérios nem ordenamento. Já tínhamos de ter feito o PDOT em 2007, estamos com um ano de atraso.

Alguns dizem que não houve debate com a comunidade. Houve, sim! Eu participei de vários. Houve 165 reuniões promovidas pelo Poder Executivo, três grandes audiências e 162 reuniões. Foram ouvidas quase 17 mil pessoas nos mais variados debates. Eu participei de vários. Alguns disseram que não era prerrogativa do Legislativo, não era prerrogativa das três comissões promover as audiências públicas. É prerrogativa, sim! Nós, dentro do Poder Legislativo, quisemos abrir o debate e, então, abriram-se onze audiências públicas em todas as cidades satélites e unidades de planejamento, abriram-se grandes debates. Foram ouvidas 500 reivindicações, muitas delas legítimas, metade delas estão sendo incorporadas ao texto. Então, é importante que se debata o PDOT dessa maneira.

Não sei se temos uma grande solução para a habitação do Distrito Federal. Só acho que estamos no caminho certo e que não dá para ser contra por ser contra, nem ir pelo caminho fácil de ser contra – “Sou contra! Sou contra!” Nós não somos contra o PDOT, somos a favor, precisamos ser a favor, temos de abrir esse debate. Eu quero, sim, falar no Catetinho, no Noroeste, no Manguelral, em novos setores, no combate à invasão.

Quero parabenizá-lo, Deputado Paulo Roriz, pois há 16 dias V.Exa. está na Secretaria de Habitação. Não fui lá “encher o saco” nenhuma vez, nem uma única vez. A minha equipe de assessoria está incomodada porque eu não fui ainda falar com o Deputado Paulo Roriz, porque não fui pedir cargos. Eu não vou pedir cargos ao Deputado Paulo Roriz. Eu não tenho muitos, tenho poucos, Deputado Paulo Roriz, mas não vou pressioná-lo. Quando eu for lá, será para fazermos, juntos, ações benéficas para o Distrito Federal.

Acho que extrapolei os três minutos, mas eu não podia deixar de falar sobre todas as questões.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Quero agradecer V.Exa. pelas palavras.

V.Exa. realmente não foi à Secretaria, mas estamos de portas abertas, pois V.Exa. entende muito mais de habitação do que eu. Está na habitação bem antes de eu nascer e tem dado uma contribuição muito grande, não só para mim, mas para a companhia. V.Exa. indicou, para fazer parte daquela companhia, um profissional da



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 30 |

mais alta competência, o Magno. Peço a V.Exa. que o devolva para a CODHAB, porque nós estamos terminando um programa e precisamos dele. Se V.Exa. puder fazer isso, agradeço.

Obrigado pelas palavras.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Havia aqueles que não acreditavam na Comissão Geral. Hoje foi um dia muito especial para nós. Ontem tivemos a presença do Secretário e Deputado Federal Cássio Taniguchi e toda a sua equipe; hoje estão aqui os conselheiros que fazem parte do CONPLAN, o Secretário de Habitação; o Secretário de Transporte, Deputado Federal Alberto Fraga; o Presidente da CAESB, Dr. Fernando Leite; diretores da CODHAB, diretores da SEDUMA, Dr. Danilo, Dra. Rejane, técnicos. Havia aqueles que não acreditavam muito no debate.

Agradeço a paciência e a permanência de alguns companheiros que estão aqui desde o início fazendo esse debate. O tempo está um pouquinho curto. Estão inscritos ainda o Deputado Reguffe e o Deputado Cabo Patrício, mas o Deputado Chico Leite pede o uso da palavra.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Concedo a palavra a V.Exa. por um minuto.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Somente para dizer, meu Presidente, algo ao Deputado Batista das Cooperativas, para efeitos de esclarecimento.

Eu tenho andado por aí, Deputado Batista das Cooperativas, e algumas pessoas aqui ou acolá dizem: "Deputado Chico Leite, ouvi falar que você é contra as cooperativas, contra o movimento de habitação". De jeito nenhum! Eu, pessoalmente, sou absolutamente a favor do movimento ordenado, desde que respeitado o princípio da igualdade, que é constitucional, desde que não se dê vazão àqueles que são verdadeiros estelionatários e se aproveitam da fragilidade das pessoas para ganhar dinheiro ou voto.

Então, quero deixar claro meu posicionamento e dizer a V.Exa. que o chamo de Batista das Cooperativas com o maior orgulho. Tenho feito esse debate. Quero dizer que, em momento algum, em qualquer dos debates que assaquei, levantei, dirigi-me a V.Exa. ou a qualquer outro dirigente de cooperativa ou defensor da causa. Quero esclarecer isso, Deputado, pois precisa ficar muito claro. Mas notei, pelo pronunciamento de V.Exa., que é a favor. Portanto, no dia 15 de setembro, na reunião da CAF, vai aprovar a lista cadastral.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Bom, aí é outra história.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 31 |

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar V.Exa. e os Parlamentares que tiveram o intuito de fazer esta comissão geral para uma discussão mais aprofundada do PDOT aqui nesta Casa.

Faço aqui alguns questionamentos. Como falei na comissão geral de ontem, quero fazer algumas perguntas baseadas no que falei, uma vez que está aqui presente o Secretário de Transportes, Alberto Fraga.

Solicito ao Secretário que ouça as minhas indagações. (Pausa.)

Na realidade, são indagações para tirar algumas dúvidas que tenho. Por exemplo, em relação ao Catetinho – onde já há a questão ambiental, pois é uma área em que existem nascentes –, pergunto ao Secretário Fraga como ficará o trânsito. No deslocamento daquela área do Santo Antônio do Descoberto, Santa Maria, Gama, *Park Way* para o Plano Piloto, encontramos, no horário do *rush*, principalmente de manhã cedo, um trânsito já muito selvagem, digamos assim caótico, para utilizar o adjetivo correto. Se colocarmos mais milhares de carros ali para entrar no Plano Piloto, mais gente para fazer aquele caminho, que solução será tomada em termos de política de trânsito?

A mesma pergunta vale para o Noroeste, porque, pelo que entendi, a grande parte das pessoas vão sair de suas residências pegando o Eixo Monumental, onde o tráfego já é caótico também, principalmente de manhã cedo. Há as pessoas que saem do Sudoeste, do Cruzeiro, que vêm de Taguatinga, de Ceilândia. Então, como resolver a questão do trânsito? Se vão colocar mais pessoas num e noutro lugar, como ficará o problema do trânsito na cidade, que, na minha opinião, já é para lá de caótico?

Outro assunto é sobre o PDOT como um todo. Eu penso que é importante a cidade ter um plano diretor. A expansão urbana de uma cidade tem de ser planejada pelo poder público, que tem a obrigação e a responsabilidade de planejar essa expansão urbana. Brasília vive hoje muitos problemas pela falta de um planejamento urbano lá atrás.

Portanto, é importante planejarmos essa expansão urbana. Ela tem que ser feita, em minha opinião, visando à qualidade de vida da população do Distrito Federal e não a especulações imobiliárias – em alguns casos, é o que está sendo feito.

Deputado Batista das Cooperativas, eu me somo ao Deputado Chico Leite quanto às cooperativas: penso que as cooperativas têm que se organizar, têm que lutar pelos seus direitos, lutar por habitação, se estiver faltando. Cabe ao Governo organizar isso e dar habitação popular de forma organizada, planejada, sem que isso comprometa, no futuro, a qualidade de vida da cidade.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 32 |

O que vejo é que esse projeto que está tramitando, esse Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT atende mais a Interesses da especulação imobiliária do Distrito Federal do que a interesses dos moradores do Distrito Federal ou à qualidade de vida das pessoas que aqui residem.

Essa é uma preocupação que tenho não só como Deputado, mas como cidadão. É aqui nesta cidade que quero viver minha vida inteira. Quero viver em uma cidade que tenha qualidade de vida. A qualidade de vida do Distrito Federal já plorou muito comparada ao que era na minha infância. Eu não quero, no futuro, que a qualidade de vida aqui, que ainda é muito boa, piore.

São esses os questionamentos que eu queria fazer ao Secretário de Transporte, Sr. Alberto Fraga.

Com relação ao Presidente da CAESB, Sr. Fernando Leite, eu gostaria de fazer um questionamento com relação aos recursos hídricos: muito se fala que esse PDOT, além de afetar nascentes, o que, na minha opinião, é algo brutal e Inaceitável, comprometerá os recursos hídricos da cidade. Não tenho conhecimento da magnitude disso, de como e o que está sendo feito.

Deixo esses dois questionamentos com relação ao trânsito e aos recursos hídricos.

Aproveito para fazer um apelo a esta Casa: na hora de se votar esse projeto, que se pense na qualidade de vida futura do Distrito Federal e não em possíveis interesses da especulação imobiliária da nossa cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

SR. ALBERTO FRAGA – Nobre Deputado Reguffe, sua pergunta é a pergunta de milhares de pessoas. Com relação ao Catetinho – iniciando com a questão do PDOT –, nós, da Secretaria, estamos fazendo um Plano Diretor de Transporte Urbano. Ou seja, tudo o que vamos fazer daqui para frente tem que estar previsto nesse Plano Diretor.

Estamos iniciando pela pesquisa de campo, pesquisa de origem, destino e desembarque na residência das pessoas. Vamos ouvir 20 mil pessoas em todo o Distrito Federal e mais 7 mil no Entorno, com o envolvimento de 8 cidades que usam as nossas ruas. Não sabemos o que fazer com esses ônibus semi-urbanos que congestionam o nosso trânsito, pegam nossos passageiros, cobram passagens caríssimas e não recolhem um centavo de imposto para o Distrito Federal.

Com relação ao Catetinho – não vou entrar no mérito da Cidade Catetinho –, está sendo criado, inclusive já está em licitação, o VLP – Veículo Leve sobre Pneus. É um projeto de 680 milhões de reais Trata-se de um ônibus como aqueles de Curitiba, bi-articulado, que sairá de Santa Maria, com capacidade para 420 pessoas. Eles trafegarão em corredores exclusivos, ou seja, sem participar do congestionamento.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 33 |

Sairão do Gama e de Santa Maria e se encontrarão no Catetinho. Descerão por uma canaleta exclusiva; uma parte vai para a Rodoviária; a outra, para o Terminal da Asa Sul, onde está sendo construído outro grande projeto, que é o VLT – Veículo Leve sobre Trilhos, na W3, que é um metrô leve, para atender a uma demanda de 120 mil pessoas. Portanto, o Catetinho, mesmo sendo uma cidade nova... Evidentemente, um inchaço vai acontecer no Distrito Federal, mas um crescimento ordenado e não desordenado. Desordenado seria se não houvesse uma previsão disso no programa de transporte, um poderoso meio de transporte de massa.

Veja que um projeto de 680 milhões de reais não pode deixar a população a pé. E o grande desafio do Governo é fazer com que esses moradores do Catetinho se desloquem para o Plano Piloto de ônibus, que, na verdade, é um metrô sobre rodas.

O projeto é muito importante. Esse Eixo-Sul é muito importante em virtude da demanda. É muito grande a demanda, que só perde para o corredor Oeste, que é Taguatinga/Cellândia/Guará/Plano Piloto.

Já estamos preparando o piso. Será próprio para depois implantar trilhos. Se o projeto for de metrô, custará um bilhão e quinhentos milhões de reais.

Deputado Reguffe, para V.Exa. ter uma idéia, um quilômetro de metrô de superfície custa 30 milhões de reais, um quilômetro de metrô de túnel custa 100 milhões de reais. Não é pouca coisa!

V.Exa. fala no Noroeste. No Eixo Monumental, está previsto um metrô de superfície para atender à demanda da Copa de 2014, nos mesmos moldes da W3. Será um grande circular, em todo o Eixo Monumental, ou seja, Esplanada dos Ministérios, Memorial JK, girando nos locais.

Temos a idéia – esperamos contar com o apoio desta Casa – de criar, no Estádio Mané Garrincha, um grande bolsão de estacionamento. Serão 35 mil vagas. V.Exa. poderá deixar o seu carro lá e pegar um metrô, com ar condicionado, que irá levá-lo até o Congresso Nacional em cinco minutos.

Brasília emplaca hoje trezentos carros por dia. É só fazer uma conta rápida. Se não pararmos, se não vencermos esse desafio de colocar as pessoas para andar de ônibus e metrô, Brasília vai parar.

Para encerrar, Sr. Presidente, informo a V.Exa. que cheguei agora de Hong Kong. Lá, 75% das pessoas andam de metrô. Não vimos muito problema de carro na Ásia. E veja que estou falando da China, onde as pessoas têm um método de transporte eficiente, deixam o carro na garagem e andam de metrô. É o que o Governo do Distrito Federal, com tanto investimento, predispõe-se a fazer.

Agora, é óbvio que não é da noite para o dia. Mas vamos conseguir, se Deus quiser e se tivermos tempo.

Muito obrigado.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 34 |

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Muito bem.

Vamos ouvir, então, o último inscrito.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Deputado Reguffe, vamos ouvir o Deputado Cabo Patrício. Depois, passarei a palavra ao Sr. Fernando Leite, para fecharmos a discussão.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – É porque ele já falou sobre a questão da água. Se o Deputado Cabo Patrício fizer alguma pergunta, ele já responderá, e finalizaremos.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Boa-tarde, Sr. Presidente. Não vou fazer questionamentos, até porque eu já disse, na tarde de ontem, que o debate deve ser feito quando os relatórios forem apresentados. Assim, poderemos discuti-los com os técnicos, conhecer realmente o projeto e observar aquilo que vai atender à comunidade. Ao que não for atender, poderemos apresentar alternativas, senão fica parecendo esclarecimentos das pastas do Governo, e não avançaremos em nada. Mas teremos o momento oportuno para o debate.

Fiz questão de me inscrever no debate, Deputado Batista das Cooperativas. Cumprimento V.Exa. Vim justamente para responder deste microfone.

Deputado Alberto Fraga, amigo de corporação, Hong Kong está melhor, não é verdade? Já saiu até no noticiário.

Deputado Batista das Cooperativas, V.Exa. falou das cooperativas. Eu não poderia deixar de dizer que as cooperativas tiveram sua legalização, incentivo e tudo mais no Governo do PT. V.Exa. criticou o PT, mas foi buscar, nos quadros do PT, o Paulo Valério, que é seu assessor, e ainda é filiado ao PT; inclusive trabalhou na Secretaria de Habitação, para deixarmos as coisas muito claras e não partidizar. Primeiro porque eu não conheço nesta Casa nenhum Parlamentar dentre os 24 Deputados que é contra o PDOT, porque é o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. E nós queremos Brasília ordenada.

Agora, o debate e a divergência política, como falou o Deputado Reguffe, caso seja para favorecer a especulação imobiliária ou não, tem que existir. E esta Casa tem que fazê-lo.

V.Exa. veio da Paraíba, o Deputado Chico Leite veio do Ceará e eu nasci em Brasília. Nasci no Gama e moro no Gama até hoje. Portanto, tenho que defender a minha cidade. Da mesma forma que V.Exa., que veio a esta cidade, é Deputado aqui e irá defender a cidade. Depois de eleito, nenhum cidadão quer saber se é o Cabo Patrício da PM, se é o Deputado Batista das Cooperativas das cooperativas. É o



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 35 |

Deputado Distrital, encarregado de legislar para o Distrito Federal e para todo cidadão. O cidadão lá fora não tem cor partidária nem ideologia, está lá fora querendo a sua vida resolvida, e nós temos a obrigação de fazer esse debate com muita tranqüilidade.

Não vou discutir a criação do Catetinho ou do Noroeste porque nós começamos a fazer isso ontem. Está aqui o Secretário de Habitação, Deputado Paulo Roriz, que irá tocar a Secretaria, sofrerá os questionamentos que forem necessários. E quando nós recebermos o projeto, faremos as emendas necessárias para que sejam revertidas, aprovadas ou não. O debate político mostrará quem está no caminho certo. Até porque, Deputado Batista das Cooperativas, cada Deputado, cada um dos 24 Deputados, independentemente se da Base do Governo ou da Oposição, tem o mesmo voto, é o mesmo peso. E quem vai dizer depois se o Plano Diretor, que mexe com a qualidade de vida de todo cidadão do Distrito Federal, está a contento ou não, será o eleitor. Seja nas ruas ou nas urnas em 2010. Cada um.

Eu não poderia deixar de falar – o Deputado Chico Leite estava aqui e eu estava até conversando com o Deputado Rôney Nemer – a respeito da questão do cadastro único. Não lista limpa, um cadastro. Porque não dá para aceitar, Deputado Batista das Cooperativas, que existam uma série de cooperativas que têm problemas como esta Casa tem, como o Judiciário tem, como o Executivo tem. Em todo lugar existem problemas. Nós precisamos saber que existem uma porção de cooperativas que são boas, mas que algumas têm problemas. E aí é obrigação do Estado, um dever constitucional, que está na Constituição Federal: habitação. E o Estado não pode terceirizar.

V.Exa. disse que não viu nenhum grileiro ir para cadeia. Eu também não vi, mas gostaria de ver. E olha que nós sabemos muito bem quem são, porque esta Casa investigou. E estamos vendo algumas pessoas indo para cadeia, mesmo as de colarinho branco. A justiça tarda, mas não falha. Pode ter certeza. E muitos já sentiram o peso da mão da justiça e vão continuar sentindo.

Vim aqui para dizer que cada Parlamentar irá fazer sua parte. Vamos nos debruçar no PDOT, daqui a quinze dias o relatório das comissões será apresentado, como disse o Deputado Benício Tavares ontem, e iremos colocar as emendas necessárias, discutir e trazer os movimentos sociais a esta Casa para um amplo debate, para aprovarmos um PDOT que garanta qualidade de vida não só nossa, mas dos nossos filhos, dos nossos netos, pensando no futuro do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Concedo a palavra, para as considerações finais, para tecer comentários a respeito do questionamento do Deputado Reguffe, ao Presidente da CAESB, Sr. Fernando Leite.

SR. FERNANDO LEITE – Exmo. Sr. Deputado Benício Tavares, Presidente desta Sessão; Deputado Reguffe, meu velho amigo.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 36 |

Deputado Reguffe, suas Indagações são pertinentes. Entendo que foram extremamente oportunas porque nos dão a oportunidade de esclarecer temas e questões que às vezes não estão claras. O PDOT, na medida em que tem obrigação de fazer o ordenamento territorial, evidentemente se preocupa com as questões ambientais, e a CAESB, como empresa de saneamento ambiental, preocupa-e e se dedica à solução dessas questões.

Quando apresentamos a nossa proposta e dissemos que, para atender o PDOT, a CAESB está preparada, nós também estamos preparados para mitigar quaisquer possíveis efeitos nefastos ou negativos, como queiram, aos cursos d'água, às captações e às áreas de proteção que existem na região.

Posso assegurar a V.Exa. que a implantação do Catetinho, da forma como está prevista, não trará nenhum prejuízo às captações ali presentes hoje, que no caso é Alagado e Catetinho. Nós já fizemos todas as previsões, já analisamos com rigor e a CAESB tem um quadro técnico da melhor qualidade. Estamos preparados para atender eventuais implicações às captações ou aos cursos d'água ali existentes. Temos recursos já alocados e asseguro para V.Exa. que, no prazo previsto para a Implantação desses projetos e do próprio PDOT, implantaremos todas as medidas necessárias a mitigações de efeitos da Implantação do PDOT. Quanto a Isso, V.Exa. pode ficar tranquilo. Asseguro a V.Exa. que, com um projeto de captação de água fora do Distrito Federal, como é o caso do "Corumbá Sul", várias captações serão liberadas dentro do DF, e as APMs, essas áreas que hoje existem, poderão ser utilizadas para outros fins igualmente nobres, inclusive para os projetos de habitação — tudo dentro de critérios ambientais e legais, com o maior rigor técnico. Estamos, há bastante tempo, debruçados sobre isso. Garanto a V.Exa. que não haverá nenhum prejuízo para a qualidade de vida ou do meio ambiente da nossa querida Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Muito bem. Eu queria, então, encerrar esta Comissão Geral. Agradeço a presença nesta Casa do Secretário Cássio Taniguchi, bem como de toda sua equipe, assessores, subsecretários; do Secretário de Fiscalização, Deputado Rôney Nemer, que teve a paciência de ficar do começo até o fim; do Secretário de Habitação, Deputado Paulo Roriz; do Secretário de Transportes, Alberto Fraga; do Deputado Leonardo Prudente; do Deputado Chico Leite; do Deputado Geraldo Naves; do Deputado Reguffe; do Deputado Batista das Cooperativas; da Deputada Eurides Brito; deste Deputado, todos participamos ativamente deste debate; e dos técnicos da SEDUMA. Creio que foi bastante proveitoso o debate. A nossa próxima etapa será obter o texto de quinze a vinte dias para que os Deputados possam tomar conhecimento.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Obrigado, Sr. Presidente. Quero parabenizar V.Exa. e, particularmente, os colegas Parlamentares que, com muita especialidade,



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|-------------------------------------|--------|
| 11 09 2008 | 15h15min | 75ª Sessão Ordinária/Comissão Geral | 37 |

propuseram, acreditaram e acreditam no debate. Agradeço imensamente, em nome da nossa bancada, aos gestores que acolheram o convite de V.Exas. O debate só nos faz crescer — V.Exa. tem toda a razão nisso. Nós, em nosso mandato, estamos fazendo um estudo, como eu já havia anunciado ontem, para que também nos próximos dez ou vinte dias, no máximo, possamos apresentar a esta Casa e à sociedade do Distrito Federal uma proposta como contribuição ao PDOT.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Perfeitamente, Deputado Chico Leite.

Nada mais havendo a tratar nesta comissão geral, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h48min.)